

ARROGÂNCIA «NACIONALISTA» Intelectuais, censura e as eternas ilusões...

ANTÓNIO FIGUEIREDO

FERNÃO VITOR

Vista da perspectiva de Londres, a recente tragédia das cheias de Lisboa, — na qual morreram, até à data em que escrevo 476 pessoas, — foi uma experiência que pôs à prova a mentalidade do Portugal que Salazar criou. A primeira coisa que pareceu suspeita foi a inadequada cobertura da televisão britânica. Ao contrário do que acontecera a quando dos casos de tremores de terra na Iugoslávia, da cheia de Florença, na Itália, ou do desmoronamento da escória de carvão em Aberfan, as reportagens desapareceram mal tinham começado. E, no entanto, pelo número de vítimas, como pelas circunstâncias dramáticas do acontecimento, seria de esperar que a televisão britânica apresentasse os seus usuais apêlos, entrevistas, debates, e tudo o mais de que habitualmente se serve para agitar sentimentos humanitários da população do país.

Mas, pelo contrário. Desta vez os nossos preocupados e desesperados compatriotas aqui residentes, tiveram que se contentar com notícias, patéticas e intrigantes, de hesitantes e demoradas contagens oficiais e não oficiais, do número de mortos — uns jornais, diziam 316, outros 413, outros ainda, "mais" de 500. As contagens de gado são normalmente mais precisas.

Pouco a pouco, através de amigos, bem colocados na televisão e na imprensa britânicas, fui descobrindo que, para além da tragédia e do luto das centenas de vítimas, se desenrolava o drama da mentalidade "nacionalista". As autoridades em Portugal, com o provincianismo e a arrogância que as caracteriza, desconfiavam do justificado interesse internacional. A todos, jornalistas ou dirigentes de organizações humanitárias, as "entidades oficiais" faziam declarações, minimizando as consequências da tragédia e exagerando a capacidade e eficiência dos recursos de assistência nacional. E, portanto, em poucos dias, o caso de Lisboa ficou esquecido.

Talvez que, em parte, as razões do desinteresse se possam atribuir a certas generalizadas atitudes de preconceito na opinião pública internacional. Afinal, nós portugueses, sob Salazar — e apesar do martírio constante de tantos resistentes democratas — somos olhados como um povo pequeno, mas antipático, "o primeiro império Colonial do mundo", exploradores e opressores de milhões de africanos. Se somos colhidos por tragédia — e para mais num ano de benção Papal em Fátima — que nos amolemos. Mas, em última análise, é a Salazar, e à sua máquina de propaganda no mundo, que devemos esta dúbia reputação.

Mas, infelizmente, eu tenho provas concretas da mais criminosa complacência e arrogância de várias das chamadas "entidades oficiais." Quando, procurado por um grupo de trabalhadores portugueses, me dirigi à Cruz Vermelha Britânica, por exemplo, para entregar donativos em dinheiro e em roupas, fui informado que, tão cedo o desastre se dera, a Cruz Vermelha Portuguesa correria solícita a comunicar telefonicamente à sede de coordenação internacional, em Genebra, que não estava a apelar para ajuda, porquanto "os seus recursos eram suficientes para debelar a situação". Quando, vários cidadãos britânicos e portugueses, se dirigiram, para o mesmo fim, quer à Embaixada Portuguesa,

quer à Casa de Portugal, em Londres, não havia sido montado qualquer serviço de recolha de donativos. Nós portugueses, não precisamos! Temos terras em África e nem sequer desvalorizámos o escudo.

Quantas idênticas experiências se puderam constatar por esse mundo fora, não sei. O que sei é que, quando semelhantes tragédias têm lugar em qualquer sensato país, não se verificam tais atitudes de indiferença; pelo contrário, tomam-se todas as providências e iniciativas para internacionalizar a assistência. No caso de Aberfan, o valor dos donativos nacionais e internacionais — atraídos por uma poderosa publicidade e extensos inquéritos públicos — deu para distribuir mais de cinco mil libras a cada uma das famílias a que pertenciam crianças vitimadas.

No nosso caso, o fenómeno de reacções psicológicas que o desastre de Lisboa desencadeou revela bem a profundidade da tragédia nacional. De Lisboa, recebi cartas de amigos bem instalados na vida, dizendo-me casualmente que, nas suas casas dos bairros novos, "embora tivessem ouvido a chuva, só ao outro dia, e nos dias seguintes, a leitura dos jornais lhes revelou a extensão da tragédia". Que sorte! — mas nem uma palavra de comisseração por aqueles que, crónicamente destituídos e miseráveis foram colhidos pela tragédia do luto, da mutilação, da destruição dos seus lares. Em Londres, um elevado número de portugueses, racionalizando, nalguns casos, uma típica falta de generosidade dum país nação há muito em regime de "salve-se quem puder!" — recusavam-se a participar em quaisquer subscrições de donativos, alegando até, quem sabe com que justificação, que as piedosas "entidades oficiais" os usariam para as guerras de África ou para compensação dum ou outra residência mais chique, cuja colecção de objetos de arte e livros raros, pudesse ter sido atacada pela lama e pela chuva. E no topo de toda esta suspeição e incerteza moral, as "entidades consulares e diplomáticas" despediam os ingénuos sobressaltados, com um sorriso tranquilizador, do género de quem afirma que Portugal, "que deu mundos ao mundo", dispensa ajuda e está preparado para tudo.

Deve ter havido muitos, como eu, que reagiram humanamente, e que, num momento de emoção, esqueceram até a divisão política que nos separa uns dos outros. Figurativamente falando, a a minha reacção seria comparável à de socorrer quem estivesse ferido e em dór, sem perguntar quem era, ou a responsabilidade que tinha. Mas, quando me envolvi na questão e descobri tantas formas de insidiosa corrupção, recobrei o sentido de objectividade que me leva a lutar contra o regime de Salazar que, ao fim de quarenta anos, tão profundamente agravou as deformidades da mentalidade social portuguesa.

No plano da administração, e em relação ao mundo, a herança de Salazar em África é esta: para resgatar os nossos compromissos internacionais, teríamos que continuar indefinidamente a ocupação militar da Guiné (Bissau), Angola e Moçambique, dando à nossa juventude a dilemática alternativa de optar, ou

por ser cadáver, ou por ser assassino; tal posição é moralmente indefensável e materialmente insustentável. Acresce ainda que o que defendemos de supostos inimigos africanos, acabaríamos por perder ao separatismo branco, aliado ao expansionismo sul-africano, a quem não falta o ouro para nos subornar. É uma perspectiva dramática, inglória, que nos vai trazer muito sangue, amargura e divisão.

Ao mesmo tempo, temos que olhar para nós mesmos em Portugal. Que há a encobrir da miséria dos bairros de Lisboa, arrastados por uma cheia, se cerca de metade da nossa população é ainda analfabeta e semi-letrada, o que significa viver numa penumbra mental, incompatível com a qualidade da vida do século XX? Que há a encobrir se os que não morrem afogados, se consomem lentamente com tuberculose ou morrem de cem doenças, há muito erradicadas dos países civilizados, pelo avanço científico e social? Isto vê-se nas estatísticas.

Eu pressinto o que os homens que compõem as "entidades oficiais" quiseram "tapar": que o mundo exterior mais uma vez descobrisse que em Portugal, uma elite, cheia de presunção, continua a explorar uma massa que é hoje uma espécie de reserva cultural ultrapassada, do género das dos peles-vermelhas, para o turista da Europa industrializada.

LONDRES, Dezembro de 67

Morreu Henrique T. Bello

Em Montreal, no dia 3 de Dezembro, faleceu, no Hospital Jean Talon, o democrata Henrique Tavares Bello, diretor



Henrique T. Bello

do semanário "Luso Canadano". Henrique Tavares Bello era um antifascista português. O seu jornal é na América uma das raras tribunas de combate ao regime que oprime Portugal. Inúmeras vezes tivemos a satisfação de transcrever editoriais do seu diretor e outros artigos em que "Luso-Canadano" denunciava e criticava crimes do fascismo salazarista. Compreende-se assim a emoção que sentimos pela perda do combativo democrata, cujo funeral, realizado no Cemitério de Cote des Neiges, em Montreal, constituiu uma sentida manifestação de pesar dos antifascistas portugueses do Quebec.

"Portugal Democrático" apresenta à família de Henrique Tavares Bello as suas condolências. "Luso-Canadano" continuará a ser publicado, não se desviando da sua linha de combate ao fascismo português.

Para os que assim pensavam, aliás, a violência fascista contra a Sociedade Portuguesa de Escritores deveria ter servido de advertência: de um dia para o outro, o órgão supremo dos escritores, que realizara obra notável de defesa e projeção da nossa cultura no interior e no exterior, foi fechado inapelavelmente. Seria esta uma manifestação de liberalização? Houve entretanto escritores a quem esta violência ainda não abriu os olhos, continuando a acreditar na boa vontade do regime. Esses, logo depois, sofreram nova advertência, com as propaladas notícias sobre a instituição da censura prévia ao livro que, vindo agravar a situação criada há quase meio século pela censura à Imprensa, acabaria por destruir toda a possibilidade de vida intelectual em Portugal.

Acabamos de ter conhecimento de uma nova medida que vem confirmar a atitude em que o fascismo se encontra, apertando cada vez mais a craveira que esmaga os intelectuais. Com efeito, no mês passado a PIDE impediu um grupo de escritores portugueses, pertencentes ao Grémio Literário, de se reunirem em jantar com o seu colega francês Claude Roy. Romancista, poeta, ensaísta, crítico literário, Claude Roy, escritor que há muitos anos abandonou a militância política, mantém contudo o seu espírito aberto a todas as idéias generosas. Deve ter sido esta atitude, aliás, que o levou a Portugal, para ver de perto a situação em que se encontram os intelectuais portugueses. E, se foi esse o seu propósito, não resta dúvida de que a PIDE lhe permitiu conhecer a situação de perto: depois de proibir o jantar no Grémio, a brigada da polícia política ocupou o Restaurante Tavares, para onde o grupo dos escritores se dirigira com Claude Roy e proibiu pura e simplesmente todo e qualquer jantar de confraternização, onde quer que fosse, dos intelectuais portugueses com o seu camarada estrangeiro.

Depois desta, ainda haverá ingénuos que continuam acreditando na liberalização prometida pelo fascismo? Para esses, será bom recordar que a ingenuidade, quando se prolonga demais, muda de nome...



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Nolas e comentários

Um clero fora do tempo

Os bispos portugueses, reunidos recentemente em Fátima, deram a público uma pastoral que vem sendo tema de interessantes comentários na imprensa internacional. O assunto principal dos debates parece ter sido a emigração. Tardamente, a hierarquia da Igreja portuguesa deu-se conta de que a fuga para o estrangeiro da juventude assumiu as proporções de um acontecimento dramático. "Basta observar — lembra o documento — que daquele milhão e meio de portugueses saídos para o Estrangeiro (no último meio século) mais de meio milhão, ou seja a terça parte, saiu no curto período dos últimos 10 anos e que o ano de 1966 assinalou em termos absolutos o ponto mais alto, desde sempre, na curva da emigração portuguesa, com o número de 120.239, contados apenas os emigrantes legalizados". Superficialmente, a pastoral alude às realidades humanas e sociais que esses números escondem, mas fá-lo de passagem, para revelar depois o que mais preocupa o episcopado nesse terrível exodo: os aspectos materiais conflagradores da emigração, que nem o Estado nem a Igreja podem ignorar ou desprezar.

A reação da opinião pública nacional ao documento foi, de modo geral, desfavorável. Uma das críticas mais comuns que lhe são feitas é a de que a pastoral tem em vista fundamentalmente os danos materiais causados pela emigração, mas relega a plano secundário as próprias vítimas: isto é os emigrantes, tangidos pela miséria para fora do País. O texto contém mesmo uma referência, considerada monstruosa, aos "aspectos positivos" da emigração, numa clara alusão ao dinheiro vindo do Exterior para as famílias e que permite a Salazar equilibrar a balança de pagamentos, mantendo a estabilidade do escudo. A única passagem que encerra uma crítica indirecta ao governo é aquela em que se acentua que "a solução ideal para prevenir os perigos inerentes à emigração é ter em conta as causas que a provocam, criando no país originárias condições que permitam aos homens realizar-se aí condignamente".

Mais longe do que essa fórmula elíptica não ousaram ir os prelados portugueses. A timidez de gexas reverendíssimas é tamanha que para não escreverem a palavra Portugal falam de "país originário".

Segundo as informações que nos chegam de Lisboa, foi justamente nos meios católicos que não escondem a sua oposição ao regime que o descontentamento causado pela pastoral foi mais vivo. Consideram os católicos antifascistas que se trata de um documento inexpressivo e lamentam que num momento em que o próprio Papa Paulo VI condena as tiranias e justifica o direito à insurreição a hierarquia do clero português abordou um problema tão grave como o da emigração de modo tão superficial limitando-se a enunciar lugares comuns, sem descer às origens do mal,

isto é a existência de um regime que força os trabalhadores portugueses a expatriar-se para poderem viver com um mínimo de dignidade.

Compreendemos perfeitamente a decepção dos democratas católicos. Quando em todo o mundo, na hierarquia da Igreja Católica, se destacam figuras de uma grandeza inegável, como o cardeal Leger, de Montreal, o arcebispo de Olinda e Recife, d. Helder Camara, e o arcebispo de Argel, quando no seio do clero espanhol se erguem vozes corajosas em defesa dos direitos dos camponeses, dos operários e dos estudantes, o episcopado português mostra-se incapaz de formular qualquer crítica directa ao regime que oprime o País há 41 anos! O panorama é tão melancólico que num país envolvido em três guerras coloniais, um país onde as prisões estão cheias de condenados políticos, um país onde a Justiça é uma farsa e a miséria do povo o preço da riqueza de uma minoria de exploradores — nesse país, esmagado pela mais obscurantista das ditaduras, a primeira figura da hierarquia, o cardeal Cerejeira, dedicou a sua Mensagem de Ano Novo ao culto da Virgem Maria, docemente esquecido de todos os males que afligem 9 milhões de portugueses metropolitanos e 2 outros milhões, espalhados pelos quatro cantos do mundo...

Uma tarefa e um desafio

É evidente que em relação à emigração, como aliás a tudo o mais, o principal terreno de luta é o Interior do País. Ali é que se trava a batalha principal contra o fascismo e ali há que desenvolver os esforços necessários para evitar que a juventude portuguesa continue a abandonar o País num ritmo que só encontra um precedente semelhante nas trágicas condições da Irlanda do século XIX.

De qualquer modo, não podem os democratas portugueses do Exterior que vêm participando activamente da luta contra o fascismo assistir indiferentes à dispersão e desmobilização de grande massa da imigração portuguesa, principalmente nos países europeus onde as perspectivas que se abrem ao trabalho de organização a realizar junto desses compatriotas são bastante favoráveis.

O caso da emigração para França é típico. Há dez anos não se dirigia para ali nenhuma parcela ponderável da corrente emigratória. Presentemente há mais de 400.000 portugueses na grande República e, segundo estatísticas oficiais, mais de 36,96% dos imigrantes entrados em França no primeiro semestre de 1967 eram portugueses. As condições de existência da grande maioria desses trabalhadores são penosas. A odisséia dos clandestinos saídos da nossa terra para além dos Pirineus já serviu de tema a um filme pungente de Christian de Chalonge — O Salto — e os jornais de Paris quase todas as semanas publicam reportagens sobre os bairros de lata imundos onde se amontoam os nossos imigrantes.

Urge que as organizações democráticas já estruturadas realizem um grande esforço com o duplo objectivo de prestar toda a assistência a essa massa imensa de imigrantes e de a mobilizar para a luta anti-fascista no Ex-

terior. Não cabe nesta breve nota o esboço de um plano. Mas entre outras tarefas a levar a efeito, lembramos como fundamentais as que se relacionem com o aproveitamento dos imigrantes para um apóio constante e eficaz à luta no Interior e aquelas que permitam captá-los e educá-los politicamente. Só a criação no Exterior de novas estruturas de direcção e de execução adequadas aos fins em vista poderá, evidentemente, possibilitar que os mesmos sejam atingidos. A captação de uma pequena percentagem que fosse das massas trabalhadoras que anualmente saem de Portugal para se fixarem na França, na Alemanha, na Bélgica, na Holanda, na Suécia, na Inglaterra traduzir-se-ia imediatamente, por um grande incremento do trabalho de informação e propaganda anti-fascista e das campanhas da amnistia e em prol da obtenção de meios materiais. A acção local a realizar pelos imigrantes politizados seria inestimável, abrangendo os campos mais diversos, desde a distribuição dos jornais anti-fascistas aos contactos durante as visitas a Portugal, passando pela montagem de aparelhos técnicos.

É um imenso campo que se abre aos sectores já organizados da emigração política. A F.P.L.N. é hoje uma realidade que nenhum anti-fascista consciente pode ignorar. E ela reúne condições para coordenar e dirigir uma grande campanha de politização e mobilização dos imigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

Fatos como aquele que relatamos noutra página — o suicídio de um jovem recusado pelos Serviços de Imigração do Canadá — ou como o afogamento no Guadiana de um adolescente que queria atravessar a fronteira — drama que o "Diário de Notícias" descreveu numa página de literatice alienada sob o título "Sonho de um rapaz pobre afogou-se no Guadiana enquanto o companheiro presta contas à PIDE — tragédias individuais como essas valem por um desafio lançado a todos nós, anti-fascistas do Exterior. É nosso dever meter ombros à tarefa ingente de captação e mobilização dos nossos imigrantes.

A manobra dos Serviços Sociais

Em correspondência de Lisboa, assinalamos em nossa última edição que o governo fascista se encontra empenhado presentemente numa campanha cujo objectivo último é a desarticulação do movimento estudantil e o envolvimento e a corrupção dos seus elementos menos firmes.

O assunto, pela sua importância, merece que dêe nos ocupemos mais largamente. Por decreto ministerial foram recentemente criados os Serviços Sociais das Universidades de Lisboa e Coimbra — conhecidos entre os estudantes pelo sigla SS — considerados pelo Estado fascista como instrumentos fundamentais da sua "política de acção social escolar". Segundo a propaganda oficial, os estudantes, mercê dessa iniciativa, terão em breve resolvidos alguns dos seus problemas mais prementes como sejam os do alojamento, da alimentação, da saúde, dos transportes, do emprego e outros.

Entre as palavras, os actos e as intenções do governo medeia uma intransponível distância.

Em primeiro lugar, o Ministério da Educação procura esconder um facto básico: os chamados Serviços Sociais não surgiram por acaso, mas sim como resultado da luta travada pela juventude estudantil em defesa das suas reivindicações. A simples circunstância de o governo se preocupar agora com os problemas sociais dos estudantes e de ter sido levado à elaboração de uma pretensa "política de acção social escolar" é reveladora de uma vitória significativa do movimento estudantil.

Ninguém, entretanto, nos sectores esclarecidos da oposição democrática se iludiu com a manobra governamental. No caso dos SS, as autoridades fascistas têm em vista utilizar essa iniciativa contra as Associações de Estudantes e portanto contra toda a classe estudantil. As Associações conquistaram posições que Salazar e a PIDE não podem ignorar. Pelo prestígio e influência de que gozam e pela tenacidade com que defendem os interesses estudantis e da Universidade, reprimi-las equivale a reprimir os estudantes e a impedi-los de ver concretizadas algumas das suas mais caras aspirações. Daí os gastos apreciáveis a que o governo se entrega agora com os SS, rompendo com a sua tradicional política de cortar as verbas no sector do Ensino. Salazar tem esperança de que "oferecendo" alguma coisa aos estudantes poderá liquidar pouco a pouco as Associações, à medida que estas se forem tornando menos necessárias. A primeira fase do plano visa a separar o maior número de estudantes das Associações. Numa segunda fase viria a "conquista ideológica". Em outras palavras: Salazar não pretende resolver realmente os problemas da juventude estudantil, mas minar as bases em que assenta o funcionamento das Associações que sempre combateram o fascismo.

A uma nova estratégia, corresponde necessariamente uma nova tática. O governo não desistiu dos métodos brutais. Mas esforça-se para evitar as situações explosivas que o obrigam a desmascarar-se.

Dentro dessa política hipócrita de "conquista do estudante" surgem iniciativas como o Dia da Universidade, sucedâneo fascista do Dia do Estudante. A DEN, a Acção Académica ou o grupo activista "Estudantes Universitários" são outras tantas tentativas para captação dos estudantes. Quando no decreto sobre habitações para estudantes, o Ministério acentua que as "residências universitárias" devem tornar-se os baluartes de uma "autentica cultura universitária" abre claramente o seu jogo. Sabe-se o que o governo entende por cultura, e por convívio entre estudantes e, para o demonstrar aí temos os elogios que derrama sobre o "Colégio Universitário Pio XII" e a "Residência Fernando Galvão Teles", instituições organizadas em moldes fascistas. Conhecem-se aliás casos de estudantes a que foram retiradas bolsas atribuídas pelas autoridades coloniais com o fundamento de que tinham "mau comportamento académico". Tratava-se na realidade de elementos que participavam dos corpos gerentes de Associações de Estudantes...

Os primeiros cursos de "doutrinação" que funcionaram nas últimas férias constituíram uma amostra expressiva do que Salazar pretende com os seus SS. A intenção de corromper os estudantes, oferecendo-lhes empregos remunerados — em média 1.500 escudos por mês — que os envolvem na engrenagem corporativo-sindical é evidente. Os "dirigentes associa-

tivos" formados nesses cursos poderão servir para tudo excepto para dirigirem Associações de estudantes.

Não há de resto entre os estudantes conscientes dúvidas de que, embora sendo uma conquista sua, os SS estão a ser utilizados pelo governo como instrumento de uma política anti-estudantil e anti-associativa, visando abrir o caminho a uma intensa doutrinação fascizante da juventude portuguesa. Daí o desprezo a que estão sendo votados os jovens que aceitam frequentar os cursos remunerados de "doutrinação".

É preciso desmascarar a nova e sinuosa política estudantil do fascismo e mobilizar contra ela as suas principais vítimas: os estudantes.

A libertação de Inácio Palma

Conforme noticiamos ao fechar a nossa última edição, Inácio Palma já se acha em liberdade. O Tribunal de Recursos de Paris recusou no dia 5 de Dezembro a extradição daquele ex-oficial da Força Aérea Portuguesa, pedida pelo governo de Salazar pelo facto de haver participado do assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz.

O fascismo português, que havia recorrido a todas as pressões possíveis junto do governo francês, sofreu uma significativa derrota e os democratas portugueses alcançaram uma grande vitória. Mas não foi uma vitória fácil. Ela só foi possível mercê de uma mobilização de vontades invulgar e da perfeita unidade demonstrada na emergência por todos os grupos, partidos e personalidades da emigração democrática.

Quando Inácio Palma foi preso em Orly, a 2 de Agosto, e o governo português solicitou a sua extradição, ficou logo claro que a manobra da PIDE era de largo alcance. O que a corporação de esbirros de Silva Pais pretendia era levar o Tribunal francês a admitir que a actividade política anti-salazarista era uma forma de delinquência e criar desse modo um precedente que lhe permitisse, no futuro, conseguir a extradição de numerosos democratas exilados. Mas a manobra falhou. Os advogados franceses demonstraram irrefutavelmente que Inácio Palma é um opositor ao regime de Salazar e não um delinquente de direito comum. A atitude da imprensa de Paris foi também muito importante. Para a opinião pública a extradição de Inácio Palma seria uma traição a todos os franceses que, durante a ocupação nazi, lutaram e morreram para que a França pudesse reconquistar a Liberdade.

Assumiu proporções impressionantes o movimento de solidariedade ao democrata preso, enquanto ele aguardava julgamento. Centenas de telegramas e cartas dirigidos ao governo francês de todos os pontos do mundo, deixaram claro que era unânime no seio da emigração democrática portuguesa o desejo de que Inácio Palma fosse imediatamente posto em liberdade. A F.P.L.N. foi a primeira a tomar posição, enviando telegramas ao general de Gaulle, ao ministro da Justiça da França, à Associação dos Juristas Democratas e aos partidos políticos franceses, denunciando a manobra da PIDE e referindo a condição de combatente anti-fascista de Inácio Palma. A im-

OS ESTUDANTES ACUSAM O

A participação dos estudantes no movimento de solidariedade às vítimas do temporal que recentemente assolou o centro do país, constituiu, como é salientado pelo nosso correspondente em Lisboa, uma importante jornada de luta contra o fascismo. O Comunicado das Associações de Estudantes de Lisboa, que abaixo transcrevemos é bem a prova disso:

"Em comunicado distribuído à Universidade, no passado dia 29 de Novembro vieram as ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES e a JUC de Lisboa esclarecer os estudantes sobre os motivos que levaram ao desencadear do Movimento de Solidariedade e auxílio às populações atingidas pelo temporal que, no dia 26.11.67, assolou o centro do País.

Também nesse comunicado se esclareceu a íntima colaboração que se veio a desenvolver entre as AAEE e a JUC.

A preceder esta tomada de posição geral em face dos trágicos acontecimentos verificados realizaram-se na maioria das Escolas algumas Reuniões Gerais de Alunos em que estiveram presentes várias centenas de Estudantes, nas quais se esclareceram e discutiram os moldes específicos do nosso auxílio e iniludivelmente se reafirmou a adesão espontânea da população estudantil à Campanha de Apoio.

E se alguma dúvida pudesse ainda subsistir sobre a certeza e a verdade dessa adesão, as muitas centenas de Estudantes que nestes últimos 5 dias se têm deslocado para as zonas sinistradas constituiria demonstração de um fato incontestável.

Por tudo isso também, mas muito mais ainda pelo que se tornou a amplitude verdadeira da nossa Campanha, a realidade do auxílio efetivo que prestamos às populações e a íntima colaboração que com elas se tem verificado, julgamos da maior oportunidade vir agora esclarecer mais profundamente a Universidade sobre a natureza e objectivos que têm caracterizado o nosso esforço bem como pôr bem a claro qual a nossa posição sobre determinado número de questões e distorções da verdade, que da parte de certos sectores se começou a gerar.

O embargo oposto pela censura às notícias que se referem à nossa acção significa que as Autoridades têm interesse em que não sejam conhecidas a **impreparação e desorganização** dos seus organismos sociais e sanitários para fazer face a uma eventualidade como esta; a **existência**, num extensíssimo sector do território de condições de vida de tal modo miseráveis que por elas em grande parte se explica a amplitude das perdas de vidas e haveres das populações atingidas; e a **participação dominante de or-**

ganizações democráticas e livres como as AAEE, num trabalho que em primeira linha competia às instâncias oficiais.

A resposta imediata dada por largas massas de estudantes ao apelo dos seus dirigentes prova que os Universitários e as suas Organizações Representativas não se limitam à simples definição do que signifique a Autonomia da Universidade ou projecção da Universidade na Nação: enquadrados nas estruturas que legitima e livremente os representa, os estudantes levaram a sua força de organização e de trabalho até onde ela era vitalmente necessária. A autonomia e a importância do que fizemos até agora tem sido reconhecida pelas populações e mesmo pelas Autarquias Locais; só agora pretendem as Autoridades, verificada a insuficiência das suas providências, chamar a si a autoria e os efeitos daquilo que, desde o início foi obra nossa.

A nossa participação caracteriza-se, ao contrário da oferecida por outras entidades (como a Legião Portuguesa, o MNF e outras), pelo conhecimento exacto e desmistificado da extensão do desastre, que não atribuímos à imprevisibilidade das chuvas, à conformação do terreno ou a quaisquer condições naturais inimizáveis e de acaso, mas sim a condições sociais, económicas e administrativas bem concretas.

As condições em que não se previniu o desastre são aquelas em que as suas consequências não puderam ser minoradas. Daí a reserva (que logo confirmámos) sobre eficiência do auxílio oficial ou oficioso.

Além do espírito de solidariedade que impulsionou e já radicou nas populações, doutro modo abandonadas à fome, ao desabrigo, à promiscuidade e à doença, a acção das massas estudantis distingue-se pela autonomia da actuação, pela espontaneidade da iniciativa e pela democraticidade da organização.

É portanto legítima a repulsa dos estudantes quando são atribuídos autoritariamente o comando e a autoria das operações a entidades que não os representam, criadas para contrariar a actividade das AAEE e chamadas a este trabalho exclusivamente para se desculparem da negligência e do erro.

É o caso dos Serviços Sociais e Médico-Sociais da Universidade de Lisboa e da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, a que se refere a notícia que transcrevemos de "O Século" e do "Diário de Notícias" de 30-11-67:

"No âmbito universitário, o MEN providenciou para que a coordenação do apoio moral e material de conforto e ajuda pelo trabalho às pessoas atingidas pela catástrofe das inundações seja realizada através dos Serviços Sociais das Universidades de Lisboa, do Centro Universitário da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos e dos Serviços Médico-Sociais da capital.

As mesmas instituições estão em contacto com o Ministério do Interior a fim de, dentro do planeamento geral das acções de Assistência em curso e a promover, providenciarem no sentido de que grupos de universitários estejam presentes nos lugares em que foram necessários, com vista a prestarem a ajuda mais conveniente."

ESTA INTERVENÇÃO DO

MEN INSERE-SE NA SUA ACTUAL POLÍTICA DE REPRESSÃO INDIRECTA AS AAEE, por uma manobra de envolvimento: pretende-se substituir os ORGANISMOS DEMOCRÁTICOS E REPRESENTATIVOS DOS ESTUDANTES por entidades não geridas por estes, mas antes dependentes de ordens e orientações emanadas autoritariamente do MEN. Não têm, por isso, qualquer representatividade, nem perante as massas estudantis em geral, nem perante as centenas de estudantes que actualmente trabalham nas campanhas de apoio, nem perante nenhum dirigente estudantil. Repudiamos, pois, a escandalosa usurpação do trabalho desenvolvido, que o MEN pretende operar através dos seus agentes.

Consideramos oportuno esclarecer outra questão fundamental. Não o fazer seria adiar, injustamente, a verdade que, com toda a sua cruza, se revelou a quantos se deslocaram e permaneceram nos exactos locais da tragédia. Como pôde uma chuva de algumas horas (anormal, é certo, mas, apesar disso, apenas chuva) provocar a morte de mais de meio milhão de pessoas, arrasar povoações inteiras, obstruir estradas,

paralizar a vida — já bem precária, aliás — de inúmeras populações?

Como pôde isso acontecer, sem que sequer se tenha verificado o rebentamento de diques ou barragens, vento ciclónico, desmoronamentos em série, ou outros factos congêneres?

A resposta apresenta-se-nos, agora, na sua realidade indimentável:

- Acentuadas condições de subdesenvolvimento em que viviam as populações atingidas, habitando, na sua maior parte, barracas, casebres, bairros de lata, sem os mais elementares requisitos de sanidade e segurança;
- Ausência quase total de sistemas de segurança e socorro, prevenção de epidemias, redes de escoamento de águas, condições de estabilidade de terrenos, defesa contra aluimentos de terras, inundações, etc.;
- Providência social precariamente montada, quase inexistente, de tal forma que não foi possível organizar desde a primeira hora o serviço complexo do auxílio às vítimas, deixado ao sabor da iniciativa individual ou de organiza-

ções, mais ou menos oficiais;

- Ainda, em desenvolvimento do ponto anterior, uma acentuada e inconsequente "mobilização moral" que esquece a verdadeira e necessária mobilização humana, efectiva, de esforços, de permanência activa junto das populações, na certeza de que não é com subscrições ou concessão de créditos fabulosos que se acore, de imediato, a catástrofe como esta, ou se responde às condições objectivas que já antes existiam e aos problemas reais que agora mais se ampliaram

Da legitimidade e oportunidade destas considerações, fundadas na experiência exemplar do esforço que os estudantes prestam, que julguem os responsáveis ou aqueles a quem verdadeiramente compete tomar as providências que se impõem.

E da responsabilidade do que fizemos e faremos, dos métodos de efectivo auxílio que adoptamos, da verdade das nossas afirmações, nós próprios responderemos na representação efectiva e na interpretação autêntica da vontade dos estudantes.

SOLIDARIEDADE ESTUDANTIL

SÓ CHUVA ?



● Monte Estoril: o local onde caiu mais chuva e onde houve menos prejuízos

O estado do tempo caracterizou-se principalmente pela excepcional quantidade de precipitação observada, a partir da tarde do dia 25. A seguir se apontam as quantidades de precipitação em 24 horas, registadas, a partir das 10 horas do dia 25, em diferentes locais de observação:

Monte Estoril — 158,7 m/m.
 8. Julho do Tajo-Loures — 131,8 m/m.
 Estação Geofísica de Lisboa junto ao aeroporto — 109,4 m/m.
 Instituto Geofísico Infante D. Luís (em Lisboa — Jardim Botânico) — 89,2 m/m.
 Avenida do Mar — 6,9 m/m.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
5-12-1967

scip

secretariado coordenado de informação e propaganda

JÁ A VENDA :

A "Questão Agrária em Portugal"

O MAIS IMPORTANTE E PROFUNDO TRABALHO DO GÉNERO ATÉ HOJE REALIZADO

Pedidos a Nossa Redacção

O Escândalo de Corrupção de Menores

Na impossibilidade de reproduzirmos os incontáveis artigos e notícias publicados em todo o mundo a respeito do escândalo de corrupção de menores em que se acham envolvidos ministros de Salazar e altos funcionários do regime, transcrevemos abaixo dois comentários insertos na revista "Time", de Nova York, e no grande diário "La Presse", de Montreal. Depois de havermos em nosso último número transcrito um artigo de um órgão da imprensa conservadora europeia — o "Sunday Telegraph" — oferecemos agora aos nossos leitores um panorama do que disse a grande imprensa americana. No Brasil numerosos jornais se ocuparam do caso, desde a "Folha de São Paulo" ao "Jornal da Tarde".

«NEGÓCIOS DE ESTADO»

«Os escândalos têm sido quase tão raros como uma política eficiente da oposição, durante a longa ditadura do primeiro Ministro Oliveira Salazar. Embora os portugueses, em si mesmos, não sejam austeros nem incorruptíveis, o regime puritano de Salazar, com o auxílio de uma organização policial altamente eficiente, tem sempre imposto silêncio aos mais leves murmúrios sobre depravação nas altas esferas. Na semana passada, contudo, o regime de Salazar faliu nos seus esforços para silenciar o pior escândalo público dos seus 40 anos de vida.

Esse escândalo diz respeito a uma organização de prostituição na alta sociedade que arranjava mulheres para o mais elevado escalão político, social e de negócios de Lisboa. Operando quase debaixo do nariz de Salazar, as meninas trabalhavam numa *boutique*, aparentemente inocente, da elegante Avenida de Roma. Muitas delas tinham entre treze e dezoito anos (e ainda mais jovens) e, segundo informações oficiais portuguesas, realizavam para os seus clientes muitas habilidades e perversões descritas na literatura pornográfica.

UMA BRECHA NA DECÊNCIA

A Polícia há muito desconfia da *boutique*, mas desconhecia a natureza completa da organização ou os seus clientes até que uma prostituta de 16 anos, amedrontada ao ser presa, forneceu uma lista de 30 nomes, alguns dos quais foram então acusados de proxenetismo, corrupção de menores e atentado à decência pública. A lista incluía três condes, um marquês, o filho de um ex-Rei, o proprietário de um hotel, um homem de negócios muito em destaque e um antigo diplomata junto das Nações Unidas. As duas alcoviteiras dirigentes da organização foram imediatamente acusadas em tribunal e julgadas, mas o governo hesitou em prosseguir a acusação contra os homens.

Esta paralização do processo tornou mais aparentes as suas implicações políticas. O Ministro da Justiça João de Matos Antunes Varela, de quem se falou muitas vezes como um possível sucessor de Salazar, pediu a demissão, tendo corrido o boato de que tinha recusado obedecer às ordens de Salazar no sentido de suspender o processo contra os implicados de alto nível. Embora nenhum ministro de Salazar tenha até agora sido identificado como dirigente da organização, o escândalo tem fornecido resultados altamente significativos para as forças anti-governamentais. O dr. Mário Soares, proeminente ad-

vogado opositorista, foi preso na semana passada, sob a acusação de ter espalhado boatos mal intencionados, no exterior. Isto aconteceu depois que a descrição do escândalo foi publicada no semanário *Jeune Afrique*, em França, e no *Sunday Telegraph*, em Londres. A censura rigorosa de Salazar tem evitado que a imprensa local publique uma palavra sequer sobre a sujeira, mas estas revelações fascinantes estão se espalhando através de Portugal por via oral.

(in *TIME*, New York, 22 de dezembro de 1967)

«Salazar ante um escândalo político»

«Ameaçado por um escândalo político e por uma oposição crescente, o regime dilatorial, velho de 40 anos, do primeiro ministro Antonio Salazar, de Portugal, responde no momento aos seus críticos.

Durante as últimas semanas, o governo português prendeu um conhecido advogado, considerado o principal porta-voz da oposição; expulsou um chileno, membro da Comissão Internacional dos Juristas; recusou ao correspondente de uma revista americana o direito de entrar em Portugal; interrogou cinco estudantes da Universidade de Lisboa, devido a acusações dos estudantes segundo as quais o governo demonstrara negligência na ajuda às vítimas nas inundações que ultimamente causaram a morte de 470 pessoas; e acusou os correspondentes estrangeiros acreditados em Lisboa de transmitirem telegramas prejudiciais a Portugal.

Escândalo de costumes?

Os rumores a respeito de um escândalo de costumes no qual estariam implicados membros do Gabinete, banqueiros, membros da aristocracia e várias outras personalidades foram insistentes durante todo o ano. Tais rumores intensificaram-se recentemente e os jornais estrangeiros a eles se referiram com relêvo.

Segundo informações não confirmadas, o sr. João Antunes Varela ter-se-ia demitido do seu cargo de ministro da Justiça pelo facto de o regime o impedir de perseguir as personalidades implicadas num escândalo de costumes que envolvia adolescentes. O sr. Varela recusou-se a discutir o caso com os jornalistas.

Nenhuma declaração oficial

foi feita a respeito dessas notícias e uma rígida censura impede os jornais portugueses de abordar o caso.

Diplomatas e observadores estrangeiros acreditam que está relacionada com o assunto a prisão, na última quarta-feira, do sr. Mário Soares, eminente advogado e crítico do governo, e a expulsão na semana passada, do chileno Marino Porzio, bem como uma recusa de visto ao correspondente da revista *Time*. Esse correspondente, Roger Stone, chegou ontem a Lisboa para fazer um levantamento do escândalo de costumes. A polícia colocou-o ime-

diatamente a bordo de um avião, sem lhe fornecer a menor explicação. Quanto ao sr. Porzio foi preso no seu hotel e levado para bordo de um avião que seguia para Genebra. A organização para que trabalhava protestou junto da embaixada portuguesa na Suíça.

Não houve explicação oficial para a prisão do dr. Mário Soares.

Todos estes acontecimentos verificaram-se depois de o governo de Lisboa haver criticado as informações enviadas pelos jornais correspondentes estrangeiros, qualificando-as de prejudiciais e tendenciosas.

Um americano foi interrogado pela polícia durante várias horas só porque procurava informar-se sobre as críticas feitas pelos meios estudantis a respeito da ajuda governamental às vítimas das inundações.

Fontes bem informadas afirmam que o ministro Varela não pôde perseguir judicialmente as pessoas implicadas no escândalo de costumes porque semelhante processo poderia ter consequências desastrosas para o regime de Salazar.

(in "La Presse", Montreal, Canadá, 15 de Dezembro de 1967)

As Pupilas do sr. Reitor

FRANCISCO VIDAL

Segundo nos informam fontes "outside Portugal", e são fontes que nem de longe podem ser acoimadas de pro-comunistas ou cripto-comunistas, para usar um termo muito em voga anos atrás, nomeadamente o americano "Time" e o inglês "Sunday Telegraph", parece ter rebentado as costuras o "austero" regime instalado na nossa pobre Pátria há quatro decênios, para desgraça do povo e gáudio de umas dezenas de nababos, o primeiro cada vez mais desgraçado e os segundos cada vez mais nababos.

Trata-se, nada mais nada menos, do "call-girls affair", como lhe chamam alguns dos jornais de língua inglesa, denominação que não pode traduzir-se em português, mas que todos sabem o que significa, mesmo aqueles menos afeitos com o idioma de Shakespeare.

Com efeito a aparente austeridade do regime parece ter succumbido a uma organização todo-poderosa, que teria instalado em Portugal, ou mais exatamente em Lisboa, um perfeito sistema de "call-girls", as quais — e pasmem os que ainda acreditam que após quarenta anos de ditadura os costumes são severos e tudo caminha na mais perfeita moralidade — teriam sido "profissionalizadas" por suas próprias mães! Dizem-nos os jornais estrangeiros, geralmente melhor informados sobre Portugal que os próprios portugueses, sujeitos que estão a uma censura feroz e constante, que o escândalo estalou quando uma destas "mães" se dirigiu à Polícia para reclamar que sua filha lhe não entregava regularmente os proventos obtidos com a "profissão" em que a tinha industriado...

Sempre disse, e continuo a afirmá-lo, que não há regime mais propício a imoralidades, corrupção e mercaderia de influências que um regime ditatorial, já que, sob a sua frágil e quase diáfana capa de austeridade, na verdade se escondem todos os apetites, os mais desenfreados; basta olhar para o passado, e até para o passado bem recente, e mesmo para o presente, para se verificar quanto isto é verdade, ao vasculhar-se a vida íntima dos ditadores e daqueles que compõem as suas côrtes.

O regime lusitano cobriu-se, desde sempre — e como este sempre é doloroso ao pensar-se que ele dura há quarenta e um anos... — com esta mesma capa, pretendendo mostrar-se ao mundo como um regime, de exceção sim, mas exatamente por

isso livre dos "maléficos" efeitos da prática da democracia. Embora agora não ouse mais dizelo houve época em que o ditador renegava abertamente os hábitos democráticos, afirmando "urbe et orbe" que o seu "Estado Novo" estava bem livre desta "pecha", pois se tratava de um "regime de austeridade"; evidentemente em oposição à libertinagem que ele, pobre camponês de Santa Comba, mal preparado para a vida moderna, julgava coexistir sempre com a Democracia.

Pois agora tudo rebentou! Parece que até ministros estão implicados no "imbroglio", chegando um deles — o sr. Varela ao que nos informam as gazetas — a pedir a demissão, isto porque determinou o prosseguimento das investigações não obstante estarem implicados no caso altos figurões do regime, ao que se opôs o ditador, sempre cioso da fama de seus áulicos...

Diz-nos ainda o *Sunday Telegraph* que um "conhecido" inimigo da ditadura, o sr. Joaquim Pires de Lima, que lamentavelmente não conhecemos, mas que — diz-nos a mesmo jornal — é sobrinho do antigo ministro Fernando Pires de Lima, mais conhecido então pelo epíteto de "Pires voador", tanto admirava ele as estrélas, não as do céu, mas as da ribalta, leu todo o dossier "secreto" da Polícia a respeito do caso mas que sobre ele não se quis pronunciar, afirmando enfaticamente: "não posso dar nenhuma informação. Sou um opositor do regime mas não sou traidor ao meu país"... Nobres palavras, dignas de um cultor de direito, como nos informam ser esta tal

"opositor do regime", mas indignas de um "homem" que, antes de tudo deveria levar em linha de conta a sua condição de "homem"; confundindo patriotismo com saloismo ele fecha os olhos aos deslizes da ditadura, julgando muito ingenuamente que esta e Portugal são a mesma coisa. Já isto o classifica como "opponente ao regime"!

Também nos dizem as gazetas que o sr. Varela, o tal que é ou foi ministro da Justiça, seria o sucessor do sr. Salazar, no leme da nau lusitana, prestes a soçobrar graças a uma tóla política, divorciada de toda a realidade, mórmente no que se refere às relações internacionais. Isto realmente não sabíamos; embora conheçamos pessoalmente o tal sr. Varela, não sabemos se ele teria condições para suceder ao inepto ditador atual, pois ignoramos se está igualmente evado de ignorância, daquela ignorância que sempre foi, continua a ser e o será até a morte, apanágio do seu chefe.

Enfim, estamos em plena "degringolade". Agora foi o "call-girls affair", que eu, com um pouco de liberdade de linguagem, cognominaria de "questão das pupilas do sr. Reitor". E chamar-lhe-ia "questão das pupilas do sr. Reitor", considerando ser o caquético e bisonho ditador, ou considerar-se ele, o que é a mesma coisa, uma espécie de "Reitor", no sentido que lhe deu o imortal Júlio Diniz. As suas pupilas são pois, nada mais nada menos que as suas filhas espirituais, as filhas da ditadura, certamente nadas e criadas na filosofia do regime que ele há tantos anos implantou na nossa pobre terra...

O Conselho de Segurança da ONU responde à UDP

Por informações recebidas de Nova York, sabemos que o Memorial sobre a posição dos Democratas Portugueses da America enviado ao Conselho de Segurança em Dezembro do ano findo circulou largamente entre as delegações presentes à XXII Assembleia Geral da ONU. Por outro lado, em carta datada de 2 de Janeiro p.p. e endereçada ao Prof. Joaquim Barradas de Carvalho, da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, de São Paulo, o diretor da Divisão do Conselho de Segurança e das Comissões Políticas da ONU informou que ao documento dos democratas portugueses foi assegurada ampla divulgação.

Pela amnistia e contra a repressão

Varela Gomes em liberdade?

De acôrdo com a Lei e com informações enviadas pela PIDE à família do corajoso democrata, o capitão VARELA GOMES deve ter saído em liberdade no dia 30 de Dezembro do ano findo. No momento em que fechamos esta edição não temos, entretanto, ainda notícia alguma a respeito da sua situação. Na esperança de que VARELA GOMES se encontre já entre seus familiares e amigos, apresentamos ao grande democrata as



saudações de milhares de antifascistas portugueses da America. O capitão Varela Gomes, pela sua coragem admirável na luta e pela altiva dignidade com que soube enfrentar a PIDE, o Tribunal e o cativo é um democrata de quem o povo português muito espera tão logo retome o seu combate ao fascismo.

Salvemos Afonso Gregório!

AFONSO GREGÓRIO acha-se gravemente doente, inspirando o seu estado sérios cuidados. Antes de ser preso em 1959, êsse destacado democrata fôra operado, sofrendo corte de várias costelas e fizera um tratamento pelo sono tornado necessário pelas perturbações do sistema nervoso que lhe minavam já o organismo. Entretanto, a PIDE, apesar de estar informada da debilidade da sua saúde, forçou-o vários dias à tortura do sono, enclausurando-o depois numa cela do Aljube em rigoroso regime de isolamento que durou quatro meses, não lhe consentindo sequer o recebimento de qualquer livro. De má que era, a sua saúde tornou-se péssima. Ao ser transferido para Caxias teve de ser logo visto por um especialista de doenças nervosas, o dr. Cisneiros Ferreira, que prescreveu um tratamento que a PIDE se recusou a deixá-lo cumprir. O que fez foi transferi-lo para a cadeia do Porto, com mais quarenta companheiros, submeten-

do-o a um regime de castigo durante um ano.

Afonso Gregório acabou conseguindo que o prof. Fernando da Fonseca o observasse, mas o resultado foi nulo, pois levaram-no para a Fortaleza de Peniche, onde permaneceu quase seis anos suportando os horrores que tão amplamente têm sido divulgados pelo nosso jornal e pelos Comitês da Amnistia espalhados pela Europa e pela America. Em 1964 como o seu estado se tornasse alarmante transferiram-no para um anexo da Penitenciária de Lisboa e chamaram um psiquiatra para o observar. Mas êste, o dr. Albuquerque de Freitas, é um fascista confesso e limitou-se a aconselhar que o encerrassem durante dois meses e meio numa cela fria e sórdida onde se via obrigado a utilizar um balde para as suas necessidades fisiológicas. Ao fim e ao cabo voltou para Peniche com dez quilos a menos e ainda pior dos nervos. Já então o regime prisional lhe produzira outras doenças, entre as quais um sério distúrbio gástrico. Em Abril do ano findo, os seus algozes, com receio de um desenlace fatal decidiram nova transferência Agora para o hospital de Caxias. Os médicos chegaram à conclusão de que deve fazer duas operações: uma à vesícula e outra às varizes. Mas não parou aí o martírio desse patriota. Quando a operação às varizes foi decidida, os médicos, à última hora, quando Afonso Gregório já se achava na sala de operações, recusaram-se a fazer a anunciada intervenção cirúrgica. Parece que só então perceberam que o coração do doente estava fraco. Gregório não foi operado e é fácil

imaginar a depressão nervosa que tudo isso lhe causou. Algumas das suas crises cardíacas de origem nervosa chegam a durar quatro horas. Tem dores de cabeça permanentes e apresenta tendências para a paráliza dos membros superiores. Sofre ainda de dores na traqueia, e na coluna vertebral, tem vertigens, vomita com frequência e só dificilmente consegue manter-se de pé. O menor ruído causa-lhe perturbações na visão. Sofre igualmente de crises de amnésia periódicamente.

Em Agosto do ano passado, na prisão-hospital de Caxias, Gregório foi, finalmente, observado pelo seu médico particular, dr. Tello Nunes da Costa, e pelo eminente psiquiatra dr. Barahona Fernandes. Ambos elaboraram um parecer conjunto onde afirma que o doente sofre de uma evolução neurótica crónica, assinalando que a liberdade condicional constituiria o unico meio de lhe ser proporcionado o tratamento adequado. Êsse parecer foi a alavanca de uma campanha que ultrapassa já as fronteiras de Portugal pela imediata libertação de Afonso Gregório. O art.º 120 do Código Penal faculta a libertação dos presos a meio da pena e Afonso Gregório já atingiu êsse ponto limite há mais de três anos.

Os primeiros abaixo-assinados começaram a chegar aos ministros do Interior e da Justiça e ao "presidente" Tomaz.

É dever dos democratas do Brasil juntar as suas vozes a êsse clamor já agora internacional. Exijamos a libertação imediata de AFONSO GREGÓRIO. Salvemos a vida desse doente com um passado heróico de lutas.

SALAZAR na IMPRENSA MUNDIAL

Os Prêsoes Políticos

O preço da luta contra o regime é elevado. Portugal é, de todos os países da Europa, aquele que tem maior número de prêsoes políticos, e milhares de prisioneiros padecem nos campos de concentração dos territórios africanos.

As estatísticas referentes ao número de prêsoes e os dados sobre as suas condições de existência são mantidos secretos. Mas, com base na imprensa portuguesa censurada, podemos estabelecer o seguinte quadro:

1960 - 1965	
Total de processos políticos	155
Total de processos políticos	820
Total dos anos de prisão a que foram condenados:	2.283 e 4 meses

Portugal é também o unico país do mundo em que a Cruz Vermelha não é autorizada a visitar os presos.

Duas leis especiais conferem à PIDE e aos tribunais plenos poderes e todos os direitos para prender os suspeitos e mantê-los em prisão preventiva por um período indeterminado. O decreto n.º 35042 autoriza a PIDE a prender um suspeito e a mantê-lo na prisão três meses sem julgamento. Este período pode ser prolongado por várias vezes. Entre 1961 e 1966, dez mil pessoas foram presas ao

abrigo desta lei. A maior parte não foi julgada, e muitas foram cruelmente torturadas. Os mesmos métodos são actualmente praticados na África do Sul.

Nos termos da lei n.º 40550, os elementos da oposição podem ser objecto de "medidas de segurança", isto é, confinados em lugar apropriado por um período de tempo indeterminado; este período que é em principio de seis meses a três anos, pode ser prolongado por mais três anos se os detidos continuam a ser considerados perigosos para a sociedade". Estas "medidas de segurança" foram atribuídas contra, pelo menos 206 pessoas entre as 820 que passaram pelos tribunais.

Nas prisões de Caxias e Peniche, especialmente preparadas para receber os prêsoes políticos, o tratamento dado aos prêsoes têm por objectivo quebrar-lhes as resistências morais e físicas: alimentação insuficiente e torturas. O médico da prisão de Peniche é um dentista. As famílias dos prêsoes estão privadas de toda a possibilidade de ganhar a sua vida. Sabendo que deixarão as suas famílias sem recursos, muita gente tem medo de alinhar nos quadros da Oposição. A oposição portuguesa tem em alta estima os esforços da Campanha Internacional para a Amnistia em favor das famílias dos prêsoes.

(in Revue de la Politique Internationale, 20/11/67, Belgrado)

SALAZAR CRIMINOSO DE GUERRA

Apêlo ao Tribunal Bertrand Russel

A iniciativa dos democratas portugueses do Brasil solicitando o julgamento de Salazar como criminoso de guerra pelo Tribunal presidido por Lord Bertrand Russel continua repercutindo junto da opinião pública internacional e dos núcleos da emigração democrática portuguesa espalhados pelo mundo.

Entre os muitos documentos hipotecando apoio ao apêlo assinado pelo prof. Ruy Luis Gomes conta-se uma carta enviada àquele Tribunal por 188 trabalhadores portugueses residentes nos arredores de Paris. Transcrevemos abaixo algumas passagens desse texto:

(...) "Estamos ao corrente da vergonhosa guerra realizada contra o heróico povo do Vietnam. Estamos ao corrente dos crimes cometidos pelas tropas imperialistas norte-americanas. Estamos ao corrente da acção do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra e apoiamos não só os seus fins mas também toda a propaganda que têm desenvolvido esclarecendo a opinião pública mundial sobre as atrocidades cometidas pelos criminosos representantes do governo ianque. Os mesmos crimes se desenrolam na África dita Portuguesa. Em nome da "civilização cristã e do progresso", Antonio de Oliveira Salazar, apoiado pelo imperialismo internacional, através da OTAN, conduz uma guerra injusta e cruel, no prosseguimento de uma exploração colonial que vem desde o século XVI.

Somos pais, irmãos e amigos de centenas de jovens portugueses que perderam a vida no exército colonialista português. Somos operários, camponeses, estudantes, intelectuais emigrados, obrigados a uma fuga clandestina do nosso país, quer perseguidos pela Polícia Política portuguesa, PIDE, quer sujeitos à fome, ao desemprego, e à falta de assistência social no nosso País. Somos jovens desertores que ao dizermos NÃO à agressão fascista do Governo ditatorial português nos encontramos em França, em difíceis condições de vida, desperdiçando as energias próprias da nossa juventude. Somos trabalhadores portugueses sem distinção de idades ou sexos, vítimas da ditadura de Antonio de Oliveira Salazar. Apoiamos o apêlo dos nossos compatriotas do Brasil e solicitamos-vos a maior divulgação dos crimes cometidos em África pela ditadura fascista salazarista.

Nós apoiamos os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas, como apoiamos todos os movimentos que lutam pela independência, pelo pão, pela Paz em todos os cantos do Mundo."

APÊLO DA RADIO VOZ DA LIBERDADE

Num dos seus programas, a Radio "Voz da Liberdade", de Argel, fez uma larga reportagem sobre a iniciativa dos democratas portugueses do Brasil, irradiando inclusive passagens das cartas trocadas entre a Unidade Democrática Portuguesa e membros eminentes do Tribunal, como Jean Paul Sartre e Laurent Schwartz. Esse programa fechou com o apêlo que a seguir reproduzimos:

"Militares portugueses honrados!

Jovens que conhecestes os horrores da guerra colonial!

Amigos e companheiros!

Precisamos da vossa participação activa para pormos de pé uma grande campanha internacional contra os crimes de guerra salazaristas!

Envia-nos o teu depoimento! Conta-nos o que viste na guerra colonial!

Diz-nos se podemos ou não usar o teu nome. Ajuda-nos a denunciar os crimes de guerra cometidos pelo fascismo português em África!

Escreve-nos, precisamos da tua ajuda!

Unidos, podemos levantar contra o Governo de Salazar uma fortíssima campanha internacional!"

Os dramas da emigração

No dia 7 de Dezembro, um jovem português, Gomes Rosa, de 23 anos, lançou-se de uma janela do 8.º andar dos Serviços de Emigração Federais em Montreal, no Canadá, tendo sofrido morte imediata. A causa desse acto de desespero foi a recusa das autoridades canadianas de atender o pedido formulado pela vítima para se fixar naquele país.

Tomando conhecimento desse drama individual, altamente significativo, o Movimento Democrático Português de Montreal distribuiu uma circular apêlo de que reproduzimos algumas passagens:

"Os portugueses que emigram fazem-no para fugir à miséria, para se furtarem, na vida civil, a uma colaboração com as instituições fascistas, ou para não participarem nas criminosas guerras coloniais. Neste último caso está o número cada vez mais elevado de jovens de vinte e poucos anos, que vagueiam pelo mundo, de país em país, procurados como criminosos pelos policiais de emigração, sem encontrarem uma Pátria que os aceite. Infelizmente, já nada podemos fazer pelo jovem Gomes Rosa, a não ser que o seu acto de máximo desespero não continue na sua trágica inutilidade. Procuramos que dessa extrema angustia que levou ao suicídio o nosso compatriota resulte a salvação de milhares de jovens portugueses que, como êle, têm a legítima aspiração de viver num mundo sem crimes nem ódios rascistas. Esperamos que todos os portugueses de Montreal se agrupem pelas organizações que mais assiduamente frequentam (Clubes, Associação, Movimento, etc) e participem na marcha de protesto que sairá do Carré St. Louis na próxima sexta-feira, às 5.30 h., com destino aos Serviços de Emigração, na rua Dorchester.

(...) Precisamos de salvar os milhares de jovens portugueses que não querem morrer nas guerras coloniais; precisamos de levar os governos dos países democráticos a definir claramente a sua posição face aos anti-fascistas que vêm para estes países "escolhendo a liberdade", e encontram as algemas e a morte".

ANTICOLONIALISMO COLONIALISMO E

Lutas
Populares

SALAZAR EXPORTA A GUERRA COLONIAL

ANGOLA

Diversas aldeias da região de Quiculungo-Terreiro foram massacradas pelas forças militares portuguesas e pela P.I.D.E. que já dispõe de grupos de assalto. Velhos, mulheres e crianças não escaparam à carnificina. Os elementos considerados mais "responsáveis" foram condenados à morte, num "conselho de guerra" que "ofereceu" aos condenados a possibilidade de escolherem a árvore onde iriam ser enforcados... A estes e a outros crimes semelhantes chama o governo de Salazar "operações de limpeza". Nesta chacina destacou-se pela sua malvadez requintada o alferes Pinho de 21 anos, alcunhado depois "o menino assassino".

GUINÉ

Damos em seguida notícia sobre os combates travados na Guiné, entre as forças colonialistas portuguesas e as forças guerrilheiras do P.A.I.G.C. durante o mês de Novembro.

No dia 1 de Novembro — O campo entrincheirado de CUMBIDJÁ é atacado por duas vezes. Foram destruídas 4 casernas, e diversos soldados portugueses foram postos fora de combate.

No dia 3 de Novembro — O campo entrincheirado do TITE foi submetido a fogo de armas pesadas. Registraram-se importantes desgastes materiais e vários soldados portugueses perderam a vida.

No dia 4 de Novembro — O porto de GANJOLA, que serve a cidade CATIÓ foi submetido ao fogo de armas pesadas.

No mesmo dia, um comando do Exército popular, depois de ter eliminado uma sentinela do campo entrincheirado de BUBA, conseguiu aproximar-se das instalações do campo e destruiu uma caserna. Muitos foram os soldados portugueses que tombaram neste ataque.

Um contingente de tropas portuguesas que tentava deslocar-se na estrada de Buba, foi atacado pelos combatentes do P.A.I.G.C., sofrendo 8 mortos e vários feridos.

As mesmas baixas se verificaram para as tropas portuguesas quando estas tentavam infiltrar-se na zona libertada de MANSODE.

Ainda no dia 4 de Novembro, uma unidade portuguesa cai numa emboscada no setor de S. Domingos sofrendo 3 mortos e vários feridos, tendo sido obrigada a pedir auxílio da aviação para poder retirar.

No dia 8 de Novembro — Na região de OIO um contingente do exército português é atacado pelos guerrilheiros perto da aldeia de MAQUÉ. As tropas portuguesas registraram 4 mortes.

No dia 10 de Novembro — Pela primeira vez foi atacada a caserna portuguesa da ilha das Cobras, perto da ilha de Bolama. Dois helicópteros tiveram de efetuar vários vãos para procederem à evacuação de cadáveres e de feridos.

No dia 11 de Novembro — Morreram dois soldados portugueses perto do campo entrin-

cheirado de NAGA, pelo efeito da explosão de uma mina aí colocada.

No dia 12 de Novembro — A quando da aterrissagem de um avião, um comando das forças guerrilheiras matou sete soldados e feriu vários durante um ataque contra as tropas colonialistas que guardavam o campo de aviação.

No dia 13 de Novembro — A 1 km do campo entrincheirado de CÔ, na região de OIO, um destacamento militar português sofre 5 mortes e vários feridos.

No dia 15 de Novembro — Na mesma região, no percurso de TCHURO-CACHEU, 10 soldados colonialistas foram postos fora do combate. Ao fugirem, os restantes deixaram em campo grande quantidade de material, como granadas e cartuchos de FM-G3.

No dia 16 de Novembro — Um contingente de tropas portuguesas cai numa emboscada na estrada de TITE-DFUJA, tendo sido postos fora de combate doze soldados portugueses. No terreno que se viram obrigados a abandonar, deixaram várias caixas de munições e de minas anti-pessoais.

No mesmo dia, registra-se outra emboscada de que foram vítimas as tropas portuguesas. Esta deu-se na estrada de Bula — S. Vicente.

No dia 18 de Novembro — Uma unidade de artilharia do exército regular do P.A.I.G.C. bombardeou intensamente o campo entrincheirado de CATIÓ, causando desgastes apreciáveis nas instalações militares e vários mortos à guarnição colonialista.

No dia 20 de Novembro — Um contingente português que vinha de CÔ tentando alcançar o campo entrincheirado de Pelundo, foi violentamente atacado pelos guerrilheiros. Depois de haver perdido alguns homens teve de recuar.

No dia 22 de Novembro — Uma coluna portuguesa que se deslocava entre os campos entrincheirados de Pelundo e Djol tombou numa emboscada, sofrendo 6 mortos e vários feridos só podendo retirar-se com o auxílio de reforços.

Nos dias 24 e 25 de Novembro — O campo entrincheirado de NAGA é atacado por duas vezes tendo as tropas portuguesas sofrido pesadas baixas.

O campo entrincheirado de XIME no setor de Xitole foi bombardeado tendo as tropas colonialistas sofrido várias perdas. O campo foi parcialmente destruído devido a um grande incêndio num depósito de munições, provocado pela artilharia.

No dia 27 de Novembro — No setor de Sambuia, os guerrilheiros infligem 2 mortos e vários feridos às tropas portuguesas, durante um combate que se desenrolou entre Barro e Begene.

No setor de Morés, na estrada de Bissora-Mansoa, a 1 km de Braia, uma coluna de veículos foi atacada pelos combatentes do P.A.I.G.C. que destruíram um caminhão GMC transportando viveres. Durante esta emboscada o exército colonialista sofreu 6 baixas.

PESCADORES DE MATOZINHOS — A corajosa luta dos pescadores de Matozinhos em defesa dos seus direitos prossegue, apesar de todas as pressões e violências das autoridades fascistas. Os pescadores continuam a ignorar as determinações que praticamente os privam da "caldeirada" e saem sempre das traineiras com os baús cheios de peixe. A polícia, coadjuvada pela PIDE e pela Guarda Fiscal, estabelece, entretanto, um cordão à saída e força cada pescador a despejar o baú que transporta. Em caso de recusa, o baú é-lhe retirado à força e recebe voz de prisão. As táticas utilizadas pelos pescadores para enfrentar os armadores e a polícia são várias. Um grande número prefere dar parte de doente e não ir para o mar, recebendo pela Caixa. Cerca de 14 traineiras não têm saído por falta de pessoal — tamanho o número de "doentes" — e outras cuja tripulação normal era de 30 a 40 homens vêm pescando com metade do pessoal. A PIDE já visitou alguns pescadores, avisando-os que serão presos se derem parte de doente... Sabe-se que um pescador ficou detido oito dias, à disposição da PIDE. Foi tão maltratado que, ao sair, teve de baixar ao hospital.

Os armadores que mais se têm destacado nas últimas semanas, incentivando a prisão de pescadores e solidarizando-se com as brutalidades policiais são ORLANDO MOURA, TEIXEIRA DIAS e o patrão da traineira "Mario Seno".

EMPRESA MARIO NAVEGA — Esta empresa recusou pagar o subsídio de férias estabelecido pelo Contrato Colectivo de Trabalho. Os trabalhadores enviaram uma carta ao ministro das Corporações, solicitando a sua interferência. O ministro remeteu a carta ao Instituto Nacional do Trabalho que chamou um dos signatários da carta. Esse operário deslocou-se a Lisboa, com a passagem e a estada paga pelos companheiros, e no INT disseram-lhe sócamente que "por Lei o patrão não podia ser obrigado a pagar-lhes, pelo que o aconselhável era tratar a bem com o patrão e achar com êle uma solução para o problema". A revolta entre os operários é muito grande, pois o Contrato Colectivo de Trabalho estabelece o subsídio de férias e o art.º 130 do Contrato Individual de Trabalho estipula que as medidas deste não anulam as que tenham sido estabelecidas anteriormente pelo Contrato Colectivo, desde que sejam em benefício dos trabalhadores.

INÁCIO PALMA

(Continuação da pág. 3)

prensa francesa deu também grande relêvo à manifestação realizada por centenas de democratas portugueses em frente da Embaixada de Portugal.

Como muito bem afirmou a Rádio "Voz da Liberdade", "o governo de Salazar foi buscar lá na França e voltou bem tosquido"...

Na nossa última emissão, falamos detalhadamente dum extranho avião estrangeiro, tripulado por estrangeiros que, por várias vezes, em julho, agosto e setembro, veio receber armas e munições no aeroporto militar da Portela.

Os carregamentos foram feitos por soldados portugueses, avisados de que se tratava de uma operação absolutamente secreta e que não deviam dizer nada a ninguém, sob pena de serem severamente punidos.

Mas apesar de todas as cautelas, apesar de todos os segredos, estas estranhas atividades clandestinas do Governo salazarista acabam por se saber.

Tal como se soube das vindas secretas de Tshombé a Portugal, para comprar armas à Sociedade Norte Importadora, tal como se soube que no Parque Aeronáutico de Alverca, sob a presença de dois estrangeiros, que tanto podiam ser sul-africanos como mercenários, foram fabricadas à pressa 400 bombas para avião, também se soube que de 22 para 23 e de 28 para 29 de agosto e, depois pelo menos até 9 de setembro, no aeroporto militar da Portela um avião estrangeiro foi carregado com armas e munições portuguesas, que as autoridades militares tentaram disfarçar, para se não vir a saber a origem.

A quem se destinava este novo contrabando de armas em que o governo salazarista se meteu?

Dissemos na nossa emissão de sábado, que iam apostar que as armas e munições, embarcadas no misterioso avião, se destinavam aos separatistas de Biafra.

Uma declaração feita no domingo, por um porta-voz do governo federal da Nigéria, confirma que, mais uma vez, o governo salazarista anda metido nas questões internas dos Estados Africanos, fomentando a divisão, fornecendo armas, dinheiro e mercenários aos separatistas que, a soldo do Imperialismo, atentam contra a uni-

dade e a independência dos povos africanos.

O Governo Federal da Nigéria declarou que os cinco mercenários brancos, cujos corpos foram descobertos a seguir à queda de um avião abatido em Lagos, eram com toda a probabilidade portugueses. Com efeito, cada um dos mercenários trazia consigo uma certa quantidade de escudos. O Governo Federal da Nigéria declarou ainda que o avião abatido devia ter partido de Luanda ou S. Tomé.

Assim, conforme já tínhamos dito, o Governo salazarista apoiou os separatistas de Biafra. Não contente em fazer a guerra aos povos da Guiné, Moçambique e Angola, o governo salazarista ao serviço do Imperialismo Mundial, ataca a soberania de outros Estados Africanos. É um prolongamento clandestino da guerra colonial. É uma nova forma de pirataria.

Os democratas portugueses devem elevar a sua voz para denunciar os atentados do Governo de Salazar contra a África, contra a Paz, e a Independência dos Povos Africanos, contra o prestígio e a honra de Portugal.

(Transmitido pela Rádio "Voz da Liberdade", Argel)

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º
CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712
LONDRINA: Juao Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Pigueira — rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindrišská UL. C.14 Schánka 646 — Praha 1 Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democrático — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,20
Assinatura anual NCr\$ 3,00

ANO XII - N.º 125 - FEVEREIRO/1963

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

LIVROS PORTUGUESES

FRANZ KAFKA, Max Brod — Um livro-chave para compreensão do universo kafkiano — NCr\$ 8,10.

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO — Raymond Aron — Esquema de uma teoria dos regimes políticos — NCr\$ 8,10.

PAIXÃO E RESSURREIÇÃO DO HOMEM — Fidelino de Figueiredo — As grandes coordenadas históricas e políticas do tempo presente — NCr\$ 6,50.

GOYA NA TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA — F. Klingender — Análise das ligações da obra do pintor com os advenços históricos que lhe traçaram o rumo — NCr\$ 10,80.

EL MEHDI BEN BARKA, MEU IRMÃO — Adalberto Ben Barka — A personalidade política de um dos mais lúcidos dirigentes do Terceiro Mundo — NCr\$ 11,70.

O PENSAMENTO DE BERTRAND RUSSEL — Romeu de Melo — Antologia sintetizando as principais expressões do filósofo e pacifista. — NCr\$ 9,00.

CONDENAÇÃO A MORTE — Aragon — Romance desta vida do século XX, entre as duas guerras, a Frente Popular, a morte de Gorki, os dias de hoje — NCr\$ 12,80.

A TERAPIA PSICOLÓGICA — Andrea Devoto — As forças e os meios usados pelos políticos para conquistar o poder e para não se manterem — NCr\$ 5,40.

VIRAGEM — Castro Soromenho — O problema tipificado neste romance sobre África, excede hoje, em importância e em urgência, o drama da emigração para as Américas — NCr\$ 4,00.

PRESENÇA CULTURAL

Livros Importadores
Rua Major Sertório, 748
São Paulo



Uma delegação encabeçada pelos deputados franceses René Champs, Fernand Grenier e Raymond Barbet, entregou em fins de Novembro, na Embaixada de Portugal em Paris uma petição com 2.900 assinaturas em que se reclama a libertação de todos os presos políticos portugueses e a supressão imediata da tortura e das odiosas "medidas de segurança". A gravura mostra os três deputados quando se desenhavam da sua missão.

Ultima Hora

NOVAS PRISÕES

LISBOA (Do Correspondente) — Os últimos dias de 1967 e os primeiros do ano corrente ficaram assinalados por uma vaga de prisões e de violência desencadeada pela PIDE.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Direito foi assaltada pelos esbirros de Silva Pais na madrugada de 5 de Janeiro. A PIDE não encontrou ninguém, mas os seus agentes praticaram nas instalações invadidas verdadeiros actos de vandalismo.

Entre os estudantes que foram detidos ultimamente contam-se os seguintes: Picão de Abreu (Direito), Jorge Galamba (d direcção CCUL), Alexandre Oliveira (Direito), Fernando Gândara (Direito), Antonio de Almeida (Ciências), Manuel Augusto Araujo (Belas Artes), José Sebastião Araujo (Instituto Industrial), Alvaro Monteiro (Presidente do C. C. do Barreiro), Octavio Ribeiro (Medici-

na), Rui Cardoso (Letras), Palma Dias (Letras, de Coimbra), José Mendes (Letras, do Porto), José Nozes Pinto (Letras, do Porto).

URBANO TAVARES RODRIGUES PRÊSO

Em telegrama de última hora, no momento exacto de fecharmos esta edição, recebemos a noticia de que foi preso pela PIDE na manhã de 19 de Janeiro, em sua residência, o conhecido escritor Urbano Tavares Rodrigues.

Embora nada se saiba ainda ao certo sobre os motivos da sua prisão crê-se, entretanto, que a mesma esteja relacionada com a ofensiva desenfeada e indiscriminada que a PIDE vem desencadeando, no seu ódio à Cultura, contra destacadas figuras dos meios intelectuais. A resistência à ditadura, cada vez mais activa e pertinaz, e em particular os crescentes protestos dos escritores, jornalistas e universitários contra a censura à imprensa, extensiva agora a todas as obras literárias, — acredita-se — deverão estar na origem do rancor com que a PIDE se lança nêstes sectores da Oposição.

Consta, segundo fontes fidedignas, que Urbano T. Rodrigues andava novamente nos últimos tempos sob a mira da policia.

O ilustre romancista e ex-prof. universitário, demitido por Salazar, já estivera preso há 4 anos. Ainda recentemente visitou o Brasil onde conta numerosos amigos.

É urgente, pois, protestarmos com energia e por todos os meios, contra a onda de repressão que ora se abate sobre os diversos circulos da vida intelectual do País.

Mobilizemos a opinião pública e exijamos do governo salazarista a imediata libertação de Urbano Rodrigues, dos jovens

estudantes e de todos os democratas presos nas últimas semanas!

PRÊSO O DR. FRANCISCO SOUSA TAVARES

No dia 18 de Janeiro a PIDE prendeu o advogado dr. Francisco Sousa Tavares, destacado membro da Oposição antifascista. O dr. Sousa Tavares foi um dos signatários do manifesto dos 118 e é um dos elementos mais combativos do sector monárquico que se opõe ao fascismo. Sua esposa, a poetisa Sofia de Mello Breyner Andresen foi presidente da Comissão Nacional de Amnistia. A PIDE não comunicou a prisão e a censura impediu os jornais de darem noticias a respeito do assunto. Desconhecem-se os motivos desta nova violência policial.

O DR. MARIO SOARES CONTINUA PRÊSO

O dr. Mário Soares, destacado democrata e advogado da família do general Humberto Delgado continua preso. A PIDE nada disse ainda sobre os motivos da prisão, mas sabe-se que o dr. Mario Soares não foi submetido até agora à tortura.

O actor Luiz de Lima, que habitualmente reside no Brasil, foi abordado pela PIDE no Aeroporto desta Capital quando tomava um avião para Paris. Conduzido à sede da mesma PIDE foi aí revistado e interrogado, sendo depois libertado.

Outro intelectual que se acha preso é Fernando Brederot Santos, colaborador do "Seculo Ilustrado". Consta que sua prisão está relacionada com o escândalo de corrupção de menores que envolve altas personalidades do regime.

A POLÍCIA AGRIDE ESTUDANTES

Segundo um telegrama enviado de Lisboa pelas agências France Presse e Reuters, a Polícia dissolveu violentamente uma manifestação de estudantes verificada no Porto, no dia 17 de Janeiro p.p. A manifestação desenrolou-se, no próprio recinto da Universidade, durante uma visita do embaixador dos Estados Unidos. Os estudantes receberam aquele diplomata com vaias e "slogans" alusivos à guerra do Vietnam. As autoridades fascistas temiam que o "programa" por elas organizado provocasse a reacção dos estudantes, pois a Universidade foi praticamente ocupada por um poderoso aparelho policial. Mas as metralhadoras, segundo as agências noticiosas, não impediram os estudantes de realizar a manifestação de protesto. Dois estudantes foram presos.

O Combate dos Estudantes

LISBOA (Do Correspondente) — Apesar da proibição oficial de quaisquer noticias a respeito dos protestos estudantis verificados por ocasião das catástroficas inundações que devastaram recentemente Lisboa e, de modo geral, toda a zona central do País, são já conhecidos os fatos ligados ao digno comportamento dos estudantes que não se limitou à realização da Conferência de Imprensa em que denunciaram a incúria e a irresponsabilidade das autoridades fascistas.

Sabe-se agora que, enquanto o Governo emitia comunicados imbecis falseando a realidade, os estudantes, mobilizados pelas suas Associações, acorriam em massa aos locais mais atingidos pela catástrofe. A Comissão Pró-Associação da Faculdade de Medicina — que o Ministério da Educação não reconhece — elaborou prontamente um plano de acção que apresentou à Diretoria Geral de Saúde. Os estudantes começaram logo a colaborar nos trabalhos de socorros, principalmente na vacinação e no rastreio sanitário geral das populações sinistradas. Foram constituídas cerca de 40 brigadas de emergência que se mantiveram em actividade durante muitos dias. O número de estudantes de Medicina inscritos elevou-se a mais de 400. Diariamente 150, em média, saiam para as regiões atingidas, utilizando meios de transporte pessoais, sem qualquer auxílio oficial. As brigadas eram de três tipos: as de vacinação, as de inquérito e rastreio às condições sanitárias da população e as de desobstrução, munidas de pás, picaretas e, evidentemente da força de braços juvenis.

A própria imprensa fascista, embora cautelosamente, prestou homenagem à abnegação e ao heroísmo dos estudantes, que faltavam às aulas para ir socorrer as vítimas das inundações. Só não explicou que a mobilização da juventude estudantil foi uma consequência da incapacidade das autoridades.

Comentando a atitude dos estudantes, a Radio "Voz da Liberdade" declarou: "Este é um exemplo extraordinário de uma juventude que o Governo, para justificar a sua política repressiva, tenta muitas vezes apresentar como um bando de desordeiros e agentes subversivos.

É assim que agem os estudantes portugueses, não os da Mocidade Portuguesa, não os que recebem subsídios do Governo, mas os que lutam pela autonomia das suas Associações e juntam a sua luta à luta de todo o Povo Português".

A "TOMADA DA BASTILHA"

Enfrentando todas as ameaças da PIDE, os estudantes de Coimbra transformaram uma vez mais as comemorações da "Tomada da Bastilha" em clara manifestação de protesto contra o regime.

As celebrações da data começaram com um almoço na cantina da Associação Académica. Compareceram todas as Repúblicas de Coimbra e 160 estudantes de Lisboa e 50 do Porto. O almoço decorreu num ambiente de grande emoção participando dele mais de quatrocentos estudantes.

À tarde devia realizar-se um sarau que foi proibido. Os estudantes reuniram-se então na sala de Convívio da Associação Académica e manifestaram-se contra a Comissão Administrativa e a sua ilegalidade, exigindo eleições ou satirizando o mostrengo em canções de protesto. À noite realizou-se uma marcha do silêncio na qual participaram cerca de 1250 estudantes representando as três Universidades. A iniciativa teve proporções grandiosas, comovendo toda a cidade. No dia seguinte houve um Colóquio com participação dos representantes de Lisboa e Porto, sendo discutidos e aprovados planos sobre a linha conjunta a tomar pelas Associações de todo o País.

O nosso jornal na Costa Rica

Mais de uma vez temos tido o prazer de publicar noticias que são reveladoras da expansão atingida pelo nosso jornal. Contam-se hoje por dezenas os países onde amigos nossos, servindo-se da Imprensa, da Radio e da Televisão reproduzem artigos publicados em "Portugal Democrático", levando-os ao conhecimento da opinião pública local. Podemos agora informar que, graças a dois desses inestimáveis amigos — o ex-deputado Aguilar Bulgarelli e o jornalista José Nestor Mourello y Vila — matérias insertas nesta tribuna antifascista estão tendo a mais ampla divul-

Pequenas Notícias

* Em Lourenço Marques, a PSP continua a usar o chicote nos interrogatórios. No Café Nicola, na Praça 7 de Março, durante quase todo o dia ouvem-se gritos e o ruído das chicotadas.

* Os gerentes de várias livrarias do Porto receberam uma carta íé para se apresentarem na Polícia Judiciária ao fim de prestarem declarações. Quando compareceram subaram que a Polícia desejava ouvi-los a propósito do processo movido às Edições Minotouro que publicaram os livros de Stau Monteiro.

* Embora oficialmente não tenha sido declarado nada a respeito, as tropas africanas estão sendo retiradas gradualmente da frente em Moçambique por não inspirarem confiança.

* O governo de Bonn vai apertear a base de Beja, detendo-a de material nuclear. A base será abastecida com a produção nuclear da Espanha, mediante contrato com o governo germano-ocidental.

* Na cadeia da Beira estão presos 200 moçambicanos num espaço previsto para 50 pessoas.

* O jornal "O Globo", porta voz tradicional dos pontos de vista do governo de Salazar no Brasil publicou um longo artigo intitulado "A definição do Brasil face aos acordos com Portugal", em que lamenta o nenhum interesse do governo brasileiro em ratificar os Acordos com o regime português, assinados durante a administração Castelo Branco, acordos que tanta celeuma levantaram.

* Apesar das circulares do Estado Maior em que se diz que os oficiais não devem mostrar desejo ou alegria de deixar a Província no fim da sua missão, a quase totalidade dos oficiais em serviço em Moçambique não esconde o seu desejo de sair o mais rapidamente possível da Colónia. O comentário mais comum é este: "O que interessa é ganhar dinheiro e ir embora. Esta guerra não tem sentido".

* No dia 19 de Dezembro de ano findo, realizou-se na Mutualité, em Paris, um acto em prol da Unidade de acção dos trabalhadores franceses e dos imigrantes e de um estatuto democrático para estes. Foi também tratado o problema da solidariedade actuante a prestar pela classe operária francesa aos povos em luta contra ditaduras. Compareceram centenas de trabalhadores portugueses.

* Devido ao facto de o proprietário director da Casa de Saúde de Mamarrosa, dr. Manuel Augusto dos Santos Pato, ser um conhecido antifascista, o governador civil de Aveiro sugeriu à Polícia o encerramento daquella estabelecimento hospitalar.

gação na Costa Rica. Directores de um vibrante jornal que acabam de lançar em San José, "La Opinión", os dois democratas em questão vêm transcrevendo desde o primeiro número, artigos e noticias de importância extraídos de "Portugal Democrático", manifestando desse modo a sua irrestrita solidariedade à luta que o povo português trava contra a ditadura de Salazar.

A Aguilar Bulgarelli e a Nestor Mourello y Vila as nossas felicitações pelo êxito alcançado por "La Opinión" e a nossa gratidão pela sua ajuda à causa pela qual nos batemos.

Quem são os corruptores

No momento em que rebenta o escândalo da corrupção de menores, em que estão envolvidos o Ministro da Economia Correia de Oliveira, o Conde da Covilhã e o genro, Miguel Quina, que faz o Governo? Em vez de mandar para a cadeia estes fascistas moralmente miseráveis, o Governo de Salazar, com a benção do Cardeal Cerejeira, manda prender pela PIDE um advogado da Oposição, Dr. Mário Soares. Apesar de denunciados na grande imprensa inglesa pelas práticas imorais em que andaram a andar metidos, o Ministro Correia de Oliveira, o Conde da Covilhã e Miguel Quina, são protegidos pela PIDE.

O agente da PIDE Antonio Gonçalves Semedo que conhece a verdadeira identidade dos assassinos do General Delgado e contra o qual a justiça espanhola lançou um mandato de prisão internacional, continua à solta.

Mas o Dr. Mário Soares, advogado da família Delgado, foi preso pela PIDE.

No Portugal de Salazar é assim: protegem-se os assassinos e ladrões, encobrem-se corruptores de menores e mandam-se para a cadeia os homens honrados, os democratas.

Tudo com a benção do Cardeal Cerejeira.

A VOZ DA LIBERDADE denuncia a protecção criminosa do Governo ao Ministro Correia de Oliveira, ao Conde da Covilhã e ao seu genro Miguel Quina.

São inimigos da sociedade. São monstros sem qualquer moral. E só um Governo sem moral, os pode proteger. A VOZ DA LIBERDADE apela para todos os advogados, para todos os democratas e anti-fascistas para que exijam a libertação imediata do Dr. Mário Soares e do seu empregado.

Cadeia para os assassinos, ladrões e corruptores de menores.

Liberdade para o Dr. Mário Soares. Liberdade para os presos políticos.

(Transmitido pela Rádio "Voz da Liberdade").

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes